

BC estuda as alternativas para anistia

O Banco Central confirmou ontem o estudo de alternativas às emendas em discussão na Constituinte que estabelecem a anistia dos débitos contraídos durante o plano cruzado por micro e pequenos empresários. Em entrevista coletiva, o diretor da Área Bancária do BC, Wadico Buchi, disse que os técnicos da instituição estão refazendo cálculos para verificar o impacto das diferentes opções que eventualmente venham a ser escolhidas para solucionar o problema dos devedores.

Wadico Buchi se negou a divulgar que alternativas seriam essas, alegando que o BC está apenas funcionando como assessoria do Ministério da Fazenda. O diretor do BC participou ontem de uma reunião entre o Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, com o líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'anna, e com os autores das três emendas prevendo a anistia, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), e deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (MG-sem partido). Nessa reunião, realizada no Congresso, é que foram discutidas as novas alternativas para uma solução negociada do problema. Conforme o diretor do BC, a instituição até agora calculou o prejuízo para os bancos em Cz\$ 1,6 trilhão.

Íris acha que a anistia a micros será rejeitada

A anistia aos pequenos e médios empresários rurais e urbanos, isentando a correção monetária das dívidas bancárias contraídas durante o Plano Cruzado, não deve ser aprovada pela Constituinte, segundo a previsão do ministro da Agricultura, Iris Rezende. O Governo não quer que a anistia seja geral e irrestrita, como prevê a fusão de emendas dos deputados Humberto Souto. (PFL-MG), Ziza Valadares (MG — sem partido) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). A extensão da anistia como versa a fusão das três emendas existentes, foi criticada ontem pelo ministro da Agricultura depois de sua audiência com o presidente José Sarney, quando conversaram sobre o assunto.

“Uma anistia ampla para as dívidas bancárias dos pequenos e médios empresários inviabilizaria o País e eu não posso acreditar que os constituintes darão à sociedade este péssimo exemplo”, disse o ministro da Agricultura, em conversa com jornalistas, destacando que a isenção da correção monetária é um pleito complexo, que está sendo acompanhado com preocupação pelo presidente Sarney. No entanto, frisou

que o Governo não pode dar o mesmo tratamento àqueles que têm produtos incluídos na política de garantia de preços mínimos do Governo com outros que não são, como os produtores de batata. Temos que buscar mecanismos definitivos para evitar as constantes angústias dos produtores com a correção monetária, disse o ministro.

O ministro da Agricultura lembrou que constantemente os produtores estão reivindicando isenção da correção monetária e esta situação precisa mudar, a fim de beneficiar o setor. Uma solução considerada definitiva por Iris Rezende seria a liberação de financiamentos do crédito rural com um contrato prevendo o pagamento com recursos equivalentes ao número de sacas do produto. Explicou que o produtor tomaria um montante de recursos e se comprometeria a pagar o financiamento com um determinado número de sacas do produto financiado. Esta proposta está sendo estudada pelo Governo, inclusive pelo presidente Sarney e o ministro acredita que ela pode até estimular o aumento da produtividade, além de acabar com a intranquilidade dos produtores.

CORREIO DA ZILZILENSE

55 JUN 1988